

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0023401322/2024 - SES.USE

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Trata-se de processo para contratação de prestadores de serviços de Equoterapia, Método ABA, Peditas e Fisioterapia método Bobath, para atender as demandas judiciais da Secretaria da Saúde de Joinville, conforme os itens descritos abaixo, considerando as seguintes justificativas:

1.1.1 Considerando que o município de Joinville não dispõem de contratualização para o fornecimento das terapêuticas elencadas neste processo, visto que tais procedimentos caracterizam-se como não padronizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), exceto Equoterapia conforme Lei nº 13.830, de 13 de Maio de 2019 ;

1.1.2 - Considerando a Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que assegura direitos de garantia de acesso ao diagnóstico e intervenção pelo SUS;

1.1.3 - Considerando a Portaria nº 793/2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

1.1.4 - Considerando a Lei Nº 9.186/2022, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, possibilitando o diagnóstico precoce;

1.1.5 - Considerando a Lei nº 13.830/2019 que institui a prática da equoterapia;

1.1.6 - Considerando a necessidade de garantir credenciamento vigente que viabilize a contratação dos serviços que atualmente assistem usuários através dos Termos de Contrato abaixo relacionados:

Contrato 785/2022 com APAE - 22.0.217099-0

Termo de Colaboração 025/2020/PMJ 21.0.183005-6

Contrato 001/2020 com IRPH - 20.0.003435-1

1.1.7 - Considerando a crescente demanda judicial para obtenção de tratamentos intensivos, em casos de comprovada condição de vulnerabilidade social;

1.1.8 - Busca-se através do Credenciamento de Prestadores de Serviços destes procedimento, maior previsibilidade orçamentária frente às demandas judiciais, que impactam diretamente no uso racional dos recursos financeiros da Saúde no Município.

1.1.9 - No período de 2021 à 2022 esta gerência recebeu 9 processos (22.0.300370-1, 22.0.207110-0, 22.0.068527-5, 20.0.100480-4, 19.0.132215-4, 22.0.142791-1, 21.0.096921-

2 e 21.0.166510-1), onde parte destes foram contemplados com a compra direta dos procedimentos por meio de sequestro de valor, e , outros aguardam o resultado deste credenciamento para a continuidade de seus tratamentos.

Do benefício:

Equoterapia : A equoterapia é um tratamento intensivo que proporciona ao paciente praticante uma melhora significativa, e traz benefícios complementares aos adquiridos nas sessões de fisioterapia comum. Além disso, quando associada ao tratamento fisioterápico convencional no tratamento de pacientes com diagnóstico de Paralisia Cerebral, esta prática permite grande melhora no alinhamento biomecânico, equilíbrio, marcha e autoconfiança do praticante.

Método Bobath: O método Bobath procura dar simetria ao corpo; administrar a posição do indivíduo (trabalhar a relação do corpo ao ambiente, com as pessoas e consigo mesmo, melhorar a relação familiar e promover qualidade de vida); dar firmeza ao tronco; promover alongamento e trabalhar tônus muscular.

Método ABA: As técnicas do método ABA possibilitam ampliar a capacidade cognitiva, motora, de linguagem e de integração social, procurando reduzir por meio de práticas de repetição e esforço comportamentos negativos que possam causar danos ou interferir no processo de aprendizagem podendo auxiliar no aperfeiçoamento de habilidades básicas, como olhar, ouvir e imitar, ou complexas, como ler, conversar e interagir com o outro.

Método Pediasuit: é um programa de fisioterapia intensiva. O mesmo trabalha com pessoas com distúrbios neuromusculares que necessitam de repetições para aprender novas habilidades motoras, além de outros ganhos como: melhor coordenação, ganho de força muscular, flexibilidade, resistência e equilíbrio.

Em 2022 o NAIPE atendeu 664 usuários, no ano subsequente até a data de 20/09/2023 consultaram 509 usuários, e, atualmente o serviço possui a fila de espera de 562 crianças aguardando avaliação e fechamento de diagnóstico (INOVA, 2023).

Ocorre que proporcional ao aumento exponencial de casos nos últimos anos, percebe-se a mesma tendência na demanda por terapias, entretanto, o município não dispõe de dispositivos públicos ou contratualização para o fornecimento das terapias Equoterapia, Método Bobath e Método ABA.

Somados à isto, a acelerada dinâmica de transformação da criança ao longo do tempo impõe que as intervenções sejam realizadas com maior brevidade, favorecendo a evolução das capacidades cognitivas, a proteção da função intelectual afetada, bem como a autonomia e qualidade de vida da criança, extensivo a família.

Algumas famílias possuem recursos financeiros para custear estas terapias, buscando os prestadores particulares para assegurar as intervenções necessárias em tempo hábil. Entretanto, as demais famílias em comprovada condição de hipossuficiência econômica enfrentam extrema dificuldade de acesso aos tratamentos, principalmente nos quadros de saúde que requerem a realização concomitante destas modalidades.

Em decorrência disto, muitos pais recorrem a via judicial para garantia de acesso as terapias multidisciplinares, de forma regular e contínua. Algumas decisões extrajudiciais implicam na obrigatoriedade de fornecimento do serviço requerido, seja por meio de compra direta, seja por medida cautelar do sequestro de valor, deste modo, "forçando" o cumprimento da ordem judicial através do bloqueio de verba pública, que por consequência podem desorganizar as contas do Fundo Municipal de Saúde.

Citadas estas condicionalidades, a preferência do Poder Público no cumprimento judicial para realização destes tratamentos, sejam executadas no município de domicílio do requerente.

Considerando a crescente demanda judicial para obtenção de tratamentos intensivos, em casos de comprovada condição de vulnerabilidade social, busca-se maior previsibilidade orçamentária frente a essas demandas, que impactam diretamente no uso racional dos recursos financeiros da Saúde no Município.

Não obstante, considerando que a realização das terapias são indicadas por período indeterminado, é imperativo o acompanhamento e avaliação pelas equipes dos Serviços Especializados do município quanto a eficácia de resposta ao tratamento dos usuários requisitantes ao final de cada ciclo, o quê atualmente não é praticado. Deste modo, garantindo-lhes tanto a continuidade, quanto as modificações necessárias e recursos alternativos às necessidades de cada indivíduo, respeitando suas singularidades no desenvolvimento.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2024, conforme Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 - Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1.1 - Descrição dos Serviços:

Item	Código	Denominação	Descrição	Unidade de Medida	Quantitativo
1	15605	Equoterapia	Método de reabilitação que utiliza cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência	Sessão	315
2	30857	Sessão de Fisioterapia Bobath	Técnica fisioterápica realizada por profissional capacitado no método Bobath que realiza estímulos para obter maior controle proprioceptivo e noção espacial	Sessão	2160
3	27626	Terapia Método ABA (fonoaudiologia, psicologia e	Terapia Método ABA (fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional)	Hora	5900

		terapeuta ocupacional)	psicologia e terapia ocupacional)	Horas	
4	15606	Pediasuit	Sessão de Pediasuit - Programa de fisioterapia intensiva. O mesmo trabalha com pessoas com distúrbios neuromusculares que necessitam de repetições para aprender novas habilidades motoras.	Hora	3720

3.1.1 - Para a Equoterapia o tempo de uma sessão é de 30 minutos, 2 vezes por semana;

3.1.2 - Para a Fisioterapia Bobath a unidade de medida utilizada é de sessão, a periodicidade semanal será inicialmente definida conforme a prescrição ou Projeto Terapêutico Singular- PTS sendo o tempo de sessão mínimo de 30 minutos, em caso a contratada optar por prover um atendimento com tempo maior ao mínimo estipulado (30 minutos), este não acarretará em custos extras para a contratante, ou seja, não haverá pagamento pelo tempo adicional.

3.1.3 - Para a Terapia Método ABA são definidas em unidades de horas, a periodicidade semanal será definida conforme prescrição ou PTS.

3.1.4 - Para a Terapia de Pediasuit, solicita-se que o programa de exercício específicos e intensivos, sejam definidos em 4 horas por dia, cerca de 5 vezes na semana, durante 3 a 4 semanas consecutivas.

3.2 - Equipe Mínima:

3.2.1 - As execuções dos Serviços pela CONTRATADA deverão estar sob a responsabilidade técnica de um profissional qualificado e capacitado, com regularidade comprovada junto ao Conselho de Classe respectivo ou Órgão equivalente, cujas funções abrangem o desenvolvimento de todas as atividades técnico-administrativas, inerentes ao serviço e procedimentos na área de Tratamento de Equoterapia, Fisioterapia Bobath, Método ABA e Pediasuit.

3.2.2 - A CONTRATADA deve contar com quadro de recursos humanos suficiente em número e comprovada a qualificação compatível a terapia que se propõe a realizar, assim como a regularidade comprovada junto ao Conselho de Classe respectivo ou Órgão equivalente.

3.3 - Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

3.3.1- O Credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado a partir da sua publicação;

3.3.2- A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.3.3 - O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses de vigência, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.3.4 - Os serviços serão executados conforme a demanda e quantitativo previsto em contrato e a partir da indicação de Prescrição Médica, de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos das 08:00 às 18:00 hrs. (salvo horários pré estabelecidos e autorizados pela Secretaria de Saúde).

3.3.5 - O serviço deverá ser prestado ao paciente por um único PRESTADOR no que se refere a terapia, durante a vigência do ciclo de tratamento. Ao final de cada ciclo, deverá ocorrer a avaliação com a equipe multidisciplinar dos respectivos serviços da Secretaria da Saúde (NAIPE/SER) para avaliar a necessidade de continuidade ou encerramento do Plano Terapêutico

Singular (PTS). Devendo ser respeitada a ordem do sistema de rodízio, visto que a condição de saúde do público alvo desta contratação o vínculo terapêutico é fundamental para a evolução do tratamento, em especial aos portadores de Transtorno do Espectro Autista. Salientamos que o serviço poderá ser realizado por prestadores diferentes, como por exemplo: um prestador poderá atender ao objeto do item 1, outro prestador poderá atender ao objeto do item 2 e assim por diante, considerando a ordem de rodízio estabelecida, sem necessidade de um único prestador para todos os serviços simultaneamente.

3.4 - Cronograma de execução dos serviços:

3.4.1- A CONTRATADA terá 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica para disponibilizar para a Gerência de Serviços Especiais a oferta de vagas para o atendimento dos usuários através dos e-mails ses.use@joinville.sc.gov.br e servicosespeciais.sms@gmail.com;

3.4.2 - A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços, em todos os seus termos, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica conforme a demanda da CONTRATANTE.

3.5 - DO SISTEMA DE RODÍZIO:

3.5.1 - Havendo mais de uma CONTRATADA por item, a prestação dos serviços ocorrerá em sistema de rodízio por usuário, sendo alternado a CONTRATADA a cada usuário indicado para o serviço descrito nos respectivos itens;

3.5.2- O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo a primeira CONTRATADA, a primeira a prestar os serviços e assim sucessivamente;

3.5.3 - Havendo mais de uma CONTRATADA na mesma data, para estabelecer a ordem dentro do sistema de rodízio, o primeiro a prestar os serviços será a CONTRATADA que assinar primeiro o contrato, o qual será evidenciado pelo horário da assinatura no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

3.5.4 - As novas CONTRATADAS passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista de espera, ainda que as demais CONTRATADAS já tenham prestado serviço alguma vez;

3.6 - Local de execução dos serviços:

3.6.1 - Local a ser disponibilizado pela contratada de acordo com os horários e agenda disponível, dentro dos limites do município de Joinville.

3.7-Gestor do Contrato:

3.7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal da Saúde - gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto contratado.

3.8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

3.8.1 - Prestar o serviço de acordo com as normas gerais editadas pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como observar as normas, rotinas, protocolos e toda a exigência, desde que pautada na legalidade e possibilidade do CONTRATADO;

3.8.2 - Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, obedecendo aos fundamentos basilares do Sistema Único de Saúde – SUS;

3.8.3 - Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto contratado;

3.8.4 - A CONTRATADA se obriga a oferecer ao paciente todos os recursos necessários a seu atendimento, considerando o objeto contratado;

3.8.5 - Cumprir todas as atribuições estabelecidas no presente termo, dentro da melhor técnica executiva. A ausência de previsão de qualquer procedimento técnico neste termo, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para o trabalho, respeitando os objetivos básicos de adequação dos resultados, bem como todas as normas vigentes;

3.8.6 - Emitir Relatórios Mensais das atividades desenvolvidas com os paciente onde conste a data das sessões realizadas, a duração e as atividades desenvolvidas na sessão. Esses relatórios devem ser enviados para a Gerência dos Serviços Especiais até o dia 10 de cada mês referentes ao atendimento prestado no mês anterior, também servindo de comprovação documental, do cumprimento da medida judicial em questão caso se faça necessário. Os relatórios deverão ser enviados ao email: servicosespeciais.sms@gmail.com e ses.use@joinville.sc.gov.br;

3.8.7 - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela Secretaria Municipal de Saúde sobre a execução do objeto deste termo, o CONTRATADO reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, do Decreto Federal Nº 1.651, de 28 de setembro de 1995;

3.8.8 - Notificar de imediato ao responsável do usuário, todos os riscos e condutas necessárias;

3.8.9 - Esclarecer ao responsável do paciente sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

3.8.10 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

3.8.11 - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste termo, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde;

3.8.12 - A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, ficando assegurado à Secretaria Municipal de Saúde direito de regresso;

3.8.13 - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste termo pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos. A responsabilidade de que trata esta Cláusula se estende aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

3.8.14 - Em nenhuma hipótese poderá a Contratada, cobrar diretamente do beneficiário ou de seus familiares qualquer valor relativo à prestação do serviço, nem exigir destes a assinatura de fatura ou guia de atendimento em branco.

3.9 - Obrigações da Contratante específicas do objeto:

3.9.1 - A CONTRATANTE Unidades que compõem a Gerência de Serviços Especiais (NAIPE e SER) serão os responsáveis pelos agendamentos, acompanhamento e avaliação conforme ordem de recebimento de requerimentos administrativos ou demanda judicial.

3.9.2 - A CONTRATANTE prestará as informações necessárias para a CONTRATADA para a execução do serviço;

3.9.3 - A CONTRATANTE deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços bem como os relatórios apresentados;

3.9.4 - A CONTRATANTE deverá exercer fiscalização dos serviços prestados, através de servidores especialmente designados na forma prevista na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil;

3.9.5 - A CONTRATANTE deverá efetuar visitas técnicas nas instalações das CONTRATADAS após análise técnica da documentação, para conferir o cumprimento dos requisitos do Credenciamento assim como para certificar a manutenção do cumprimento dos requisitos do Contrato, conforme Anexo I - Roteiro de Visita Técnica;

3.9.6 - A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento pelos serviços devidamente prestados e comprovados pela CONTRATADA, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências;

3.9.7 - A CONTRATANTE deverá cumprir e fazer cumprir as disposições do Contrato;

3.9.8 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

3.9.9 - A CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço prestado;

3.9.10 - A CONTRATANTE estabelecerá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, para que a CONTRATADA apresente esclarecimentos e laudos provenientes destas falhas e respectivas medidas corretivas;

3.9.11 - A CONTRATANTE deverá receber e analisar o relatório de execução do objeto que a CONTRATADA apresentar, verificando o alcance dos objetivos, bem como tomar as providências necessárias para sanar os problemas detectados: advertência por escrito e por fim suspensão de recursos até sanar as dificuldades;

3.9.12- A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA através da certificação das notas fiscais apresentadas e dos relatórios enviados pela instituição;

3.10 - Condições Gerais (se houver):

3.10.1 - A proponente deverá apresentar para qualificação técnica , os seguintes documentos:

- Certificado de Registro no Conselho Profissional competente dos profissionais indicados no subitem 2.1;

- Comprovação de que os profissionais responsáveis pelo atendimento ao(s) paciente(s) possui(em) capacitação para as atividades a serem desenvolvidas (certificado de curso específico em Equoterapia / Fisioterapia Bobath / Método ABA e Pediasuit) assim como a regularidade comprovada junto ao Conselho de Classe respectivo ou Órgão equivalente.;

- Cadastro no CNES: profissionais, equipamentos e serviço classificação para os itens 1, 2, 3 e 4.

- Comprovante de Inscrição e Certificado de Regularidade do Responsável Técnico no respectivo Conselho Regional de Classe compatível com o serviço a ser contratado para os itens 1, 2, 3 e 4;

Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário, ou

documento equivalente, emitido pela Autoridade Sanitária competente.

- Alvará do Corpo de Bombeiros;

- Alvará Sanitário regular, atualizado e compatível com o serviço a ser contratado;

Na desobrigação dos itens anteriores (Alvará do Corpo de Bombeiros e Alvará Sanitário regular), apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário, ou documento equivalente, emitido pela Autoridade Sanitária competente.

ANEXO I - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO I - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de Equoterapia, Método ABA, Pediasuit e Fisioterapia método Bobath, para atender as demandas judiciais da Secretaria da Saúde de Joinville.

O objetivo deste roteiro é verificar a regularidade do estabelecimento junto aos órgãos de fiscalização, observando as condições de funcionamento, o atendimento às condições estabelecidas no presente Credenciamento e a regular atuação dos profissionais. Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.

Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas neste credenciamento.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome empresarial:

CNES:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

2. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

a) A inscrição no CNES está atualizada e de acordo com os requisitos exigidos?

() sim () não () não se aplica

Observação:

b) Certificado de Registro no Conselho Profissional competente dos profissionais indicados no subitem 2.1?

() sim () não () não se aplica

Observação:

c) Comprovação de que os profissionais responsáveis pelo atendimento ao(s) paciente(s) possui(em) capacitação para as atividades a serem desenvolvidas (certificado de curso específico em Equoterapia / Fisioterapia Bobath / Método ABA e Pediasuit) assim como a regularidade comprovada junto ao Conselho de Classe respectivo ou Órgão equivalente?

() sim () não () não se aplica

Observação:

d) Comprovante de Inscrição e Certificado de Regularidade do Responsável Técnico no respectivo Conselho Regional de Classe compatível com o serviço a ser contratado para os itens 1, 2, 3 e 4?

() sim () não () não se aplica

Observação:

3. EQUIPE MÍNIMA

a) A relação de profissionais apresentada pela Credenciada atende o mínimo exigido no item 3.2- equipe mínima do Credenciamento?

() sim () não

Observação:

b) Todos os profissionais estão inscritos e regulares em seus respectivos conselhos?

() sim () não

Observação:

c) O responsável técnico da Credenciada possui habilitação para desempenhar as atividades relativas aos serviços objeto do credenciamento?

() sim () não

Observação:

4. CONCLUSÃO

() Cumpre todos os requisitos

() Cumpre parcialmente os requisitos

Especificar:

Equipe responsável pela visita técnica (indicar nome completo, matrícula e lotação):

Data da visita técnica:

Responsável pelo estabelecimento durante a visita técnica:

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se a série histórica de requerimentos administrativos e demandas judiciais recebidos período de 2 anos, compreendidos entre agosto/2021 a agosto/2023. Para melhor visualização das demandas processuais e os custos envolvidos, as tabelas serão dispostas por modalidades, que servirão tanto para quantificar a necessidade dos serviços, quanto para contextualizar os principais objetivos para obtenção do processo de Credenciamento.

4.2 - Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto às Unidades contempladas na contratação, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.

Equoterapia

NOME	Processo SEI	Data de Solicitação	Nº Mandado Judicial	Quantidade de Sessões Anuais	Valor unitário	Valor Total
* F. G. B. P.	22.0.300370-1 22.0.257856-5	02/09/2022 24/08/2022	5038469-04.2022.8.24.0038	48	R\$ 95,00	R\$ 4.560,00
H. M. N. S.	22.0.068527-5	28/03/2022	5005124-47.2022.8.24.0038	48	R\$ 95,00	R\$ 4.560,00
P. H. S.	20.0.100480-4	03/11/2021	5001623-27.2018.8.24.0038	12	R\$ 95,00	R\$ 1.140,00
G. A. A.	19.0.141100-9	16/07/2021	5004768-57.2109.8.24.0038	48	R\$ 95,00	R\$ 4.560,00
** P.F.G.R9	23.0.239517-9	29/09/2023	5039708-09.2023.8.240038	96	R\$ 95,00	R\$ 9.120,00
Custo apurado				252	R\$ 95,00	R\$ 23.940,00
Orçamento Estimado			Quantidade + 25%	315	R\$ 95,00	R\$ 29.925,00

Método ABA

Nome	Processo SEI	Data de Solicitação	Nº Mandado Judicial	Quantidade Terapia/horas Anuais	Valor unitário	Valor Total Anual
G. R. de O.	22.0.142791-1	13/05/2022	5002412-84.2022.8.24.0038	96	R\$ 230,00	R\$ 22.080,00
A. S. G.	21.0.096921-2	10/09/2021	5014039-22.2021.8.24.0038	960	R\$ 230,00	R\$ 220.800,00
E. F. T.	21.0.166510-1	10/08/2021	5024780-24.2021.8.24.0038	720	R\$ 230,00	R\$ 165.600,00
**E.G.S.L.	23.0.222197-9	08/09/2023	5035973-65.2023.8.24.0038	288	R\$ 230,00	R\$ 66.240,00
**E.M.C	23.0.234282-2	29/08/2023	5039306-25.2023.8.24.0038	720	R\$ 230,00	R\$ 165.600,00
P.H.R.B.	22.0.334687-0	13/05/2022	01.2022.00013175-0	400	R\$ 230,00	R\$ 92.000,00
**M.E.A.	23.0.040283-6	15/02/2023	5003979-19.2023.8.24.0038	432	R\$ 230,00	R\$ 99.360,00
**A.F.R	23.0.144247-5	31/05/2023	5020693-54.2023.8.24.0038	432	R\$ 230,00	R\$ 99.360,00
**N.E.C	23.0.234282-2	25/09/2023	5039306-25.2023.8.24.0038	672	R\$ 230,00	R\$ 154.560,00
Custo Apurado				4720	R\$ 230,00	R\$ 1.085.600,00
Orçamento Estimado		Quantidade + 25%		5900	R\$ 230,00	R\$ 1.357.000,00

** Valor estimado, considerando os processos contenciosos apurados recentemente que estão em andamento até a data de 04/10/2023, aguardando avaliação da Unidade de Acompanhamento de Processos NAT-JUS, Área de Acompanhamento de Processos Judiciais.

Método Bobath

Nome	Processo SEI	Data de Solicitação	Nº Mandado Judicial	Quantidade de Terapia/sessões Anuais	Valor unitário	Valor Total Anual
* F. G. B. P.	22.0.300370-1 22.0.257856-5	02/09/2022 24/08/2022	5038469-04.2022.8.24.0038	960	R\$ 150,00	R\$ 144.000,00
L. E. M	22.0.207110-0	01/08/2022	5010947-38.2022.4.04.7201	480	R\$ 150,00	R\$ 72.000,00
H. M. N. S.	22.0.068527-5	28/03/2022	5005124-47.2022.8.24.0038	288	R\$ 150,00	R\$ 43.200,00
Custo Apurado				1728	R\$ 150,00	R\$ 259.200,00
Orçamento Estimado		Quantidade + 25%		2160	R\$ 150,00	R\$ 324.000,00

Pediasuit

Nome	Processo SEI	Data de Solicitação	Nº Mandado Judicial	Quantidade de Terapia/hs Anuais	Valor unitário	Valor Total Anual
* F. G. B. P.	22.0.300370-1 22.0.257856-5	02/09/2022 24/08/2022	5038469-04.2022.8.24.0038	960	R\$150,00	R\$ 144.000,00
L. E. M	22.0.207110-0	01/08/2022	5010947-38.2022.4.04.7201	960	R\$150,00	R\$ 144.000,00
H. M. N. S.	22.0.068527-5	28/03/2022	5005124-47.2022.8.24.0038	288	R\$150,00	R\$ 43.200,00
P.F.G.R	22.0.311754-5	22/09/2022	5024780-24.2021.8.24.0038	768	R\$150,00	R\$ 115.200,00

Custo Apurado		2976	R\$150,00	R\$ 446.400,00
Orçamento Estimado	Quantidade + 25%	3720	R\$ 150,00	R\$ 558.000,00

Item	Código	Denominação	Unidade de Medida	Quantidade
1	15605	Equoterapia	Sessão	315
2	30857	Sessão de Fisioterapia Método Bobath	Sessão	2160
3	27626	Terapia Método ABA	Horas	5900
4	15606	Pediasuit	Horas	3720

4.3 - As especificações do quantitativo de sessões de fisioterapia Método Bobath, Método ABA, Equoterapia e Pediasuit necessárias, basearam-se a partir das indicações técnicas recebidas no atendimento de ordens judiciais por esta Gerência, com acréscimo de 25% no total de cada modalidade. Importante, destacar que os usuários que acessaram os serviços ano de 2021, permanecem realizando as terapias nos dias atuais conforme as determinações por tempo indeterminado.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

Criação de Serviços Especializado:

A criação de um serviço especializado municipal para prestação de atendimento terapêuticos é altamente inviável, primeiramente, por ser um tratamento multidisciplinar, que envolve uma gama de profissionais, requer a contratação, capacitação e serviços dedicados para o atendimento de pessoas com autismo e deficiência intelectual. Considerando a elevação de diagnósticos, a capacidade instalada inicialmente estimada para o funcionamento do serviço, em um curto período de tempo se tornaria insuficiente.

Para os tratamentos de equoterapia, seriam necessários estrutura física adequada, profissionais de equipe multidisciplinar, contratação de serviço veterinário, custos com aquisição e alimentação dos animais. Poderia ser avaliada, neste caso, uma possível parceria com a cavalaria da Polícia Militar Montada de Joinville, aos moldes do serviço realizado no município de São Jose em Santa Catarina que dispõem de um Centro de Equoterapia PMSC, que oferta diariamente 40 vagas no período matutino de segunda a sexta.

Entretanto, este serviço requer o adestramento dos equinos, onde também são

analisados comportamento e estatura dos animais, inclusive as equipes deverão ser compostas por equitadores, fisioterapeuta, psicóloga e um professor de educação física, contar com civis colaboradores e outros militares. Não temos conhecimento se a Unidade Militar de Joinville dispõem de todo este aparato, entretanto, poderá ser vislumbrada esta possibilidade a longo prazo. Para o momento, busca-se o credenciamento para rápida resposta as demandas judiciais.

Visto que, um serviço de saúde público ampliaria os direitos ao acesso de todos os casos diagnosticados, independente da condição social dos usuários e por conseguinte a demanda. Isto sem considerar os custos envolvidos para construção da estrutura física, compra de equipamentos, contratação de serviços de zeladoria, segurança patrimonial, etc.

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de Prestadores de Serviços Equoterapia, Método ABA, Peditasuit e Fisioterapia método Bobath. Pois além de ser economicamente mais viável, também permite a contratação dos serviços conforme as demandas recebidas, o que não implica necessariamente no consumo integral do limite contratado. Além disto, conforme a localização dos prestadores de serviço contratados, favorecerá a indicação ao usuário da clínica mais próxima da área de abrangência de seu domicílio.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, baseado no histórico de requerimentos judiciais contratações anteriores.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor estimado de **R\$ 2. 268.925** (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o credenciamento para contratação de Prestadores de Serviços de Equoterapia, Método ABA, Peditasuit e Equoterapia, visto, que esta modalidade permite a definição do preço, o registro de potenciais fornecedores, maior celeridade nas contratações, e, considerando a crescente demanda judicial para obtenção de tratamentos intensivos, também favorece a economia de tempo e a redução de custos atendendo de modo efetivo o interesse público.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - É divisível, mas não poderá ser parcelado o tratamento, pois o serviço deverá ser prestado ao paciente por um único PRESTADOR durante a vigência do processo terapêutico, conforme prescrição médica. Devendo ser respeitada a ordem do sistema de rodízio, visto que em decorrência da condição de saúde do público alvo desta contratação, o vínculo terapêutico é fundamental para a evolução do tratamento, em especial aos portadores de Transtorno do Espectro Autista. Salientamos que o serviço poderá ser realizado por prestadores diferentes,

como por exemplo: um prestador poderá atender ao objeto do item 1, outro prestador poderá atender ao objeto do item 2 e assim por diante, considerando a ordem de rodízio estabelecida, sem necessidade de um único prestador para todos os serviços simultaneamente.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Com a presente contratação busca-se o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, possibilitando a otimização das atividades dos servidores municipais, no serviço de referência para atendimento da demanda reprimida no Núcleo de Atenção Integral à Pessoa com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro do Autismo - NAIPE, favorecendo a evolução das capacidades cognitivas, a proteção da função intelectual afetada, bem como a autonomia e qualidade de vida da criança, extensivo a família.

Busca-se através do Credenciamento de Prestadores de Serviços não apenas a economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, maior previsibilidade orçamentária frente às demandas judiciais, que impactam diretamente no uso racional dos recursos financeiros da Saúde no Município.

Além das vantagens no aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, a contratação também proporcionará outras vantagens, como evitar a judicialização para obtenção de tratamentos intensivos do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há nos consórcios em que o município é parte (Cisnordeste e Cincatarina) contratações que possam atender a presente demanda. A Secretaria da Saúde possui o **Termo de Colaboração nº 025/2020/PMJ que celebram o Município de Joinville, com a interveniência do Fundo Municipal de Saúde e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville – APAE (SEI nº 7222340)** sendo que está no sétimo Termo Aditivo, com a finalidade de prorrogar por 10 (dez) meses a partir de 24/11/2024 para prestação do serviço Pediasuit, porém, este termo de colaboração contempla o atendimento a apenas 2 (dois) pacientes judicializados, que não supre a atual demanda desta Secretaria da Saúde.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Na terapêutica de equoterapia, a criação de cavalos pode afetar negativamente a qualidade da água em áreas com alta densidade de animais. O esterco dos cavalos pode poluir os cursos d'água, comprometendo a qualidade da água para as pessoas e a vida selvagem. Além disso, a criação de cavalos requer grandes quantidades de água, o que pode levar à escassez de recursos em algumas áreas. Neste caso cabível, a contratada deverá observar a realização das atividades organizadas em áreas naturais protegidas, minimizando o impacto ambiental do evento. Além disso, os cavalos podem ser treinados e mantidos de maneira sustentável, usando técnicas de manejo que reduzem o consumo de energia e água.

Para o demais prestadores de serviços dos métodos ABA, Pediasuit e Bobath recomenda-se a atenção na escolha dos materiais de uso contínuo de menor impacto ao meio ambiente, além de realizar a segregação de resíduos de forma correta. Respeitando as etapas do manejo adequado, conforme legislações ANVISA e CONAMA, ou seja, são regulamentações que precisam ser implementadas em todas as instituições que produzem Resíduos de Serviços de Saúde- RSS.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 - Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constataram-se os seguintes riscos:

A contratação deste item restar Deserto ou Fracassado . Considerando que a presente contratação baseou-se o histórico da contratação anterior 2360231, que restou fracassada 0013716151, em razão de quê o processo não previa a adoção da Ata de Registro de Preço, o que inviabilizava a prorrogação dos contratos. Havia também a exigência de contratação de apenas empresas jurídicas, o que restringia o número possíveis fornecedores. Para este credenciamento optamos pela exclusão deste requisito .

Entretanto, em caso de insucesso nos itens há possibilidade da abertura de novo processo.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência a continuidade de sequestro de valor das contas públicas para fazer frente aos processo judiciais e compras diretas.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo	2

Provável	conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da

probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como **Alto**.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IMPACTO	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
////////////////////			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
////////////////////			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
////////////////////							

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de **mitigar o risco** em sua probabilidade de ocorrência e/ou suas consequências.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a			

contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** a contratação de Prestadores de Serviços Equoterapia, Método ABA, Pediasuit e Fisioterapia método Bobath nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público. Visto, que esta modalidade permite a definição do preço, o registro de potenciais fornecedores, maior celeridade nas contratações, e, considerando a crescente demanda judicial para obtenção de tratamentos intensivos, também favorece a economia de tempo e a redução de custos atendendo de modo efetivo o interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Schwinden Muller, Gerente**, em 01/11/2024, às 15:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Silveira Virgilio Cordeiro, Coordenador(a)**, em 01/11/2024, às 15:26, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023401322** e o código CRC **E7D1C99D**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

22.0.300131-8

0023401322v4